

As Const

Arinos diz que

29 MAR 1986

pacote ampliou interesse social

TEREZA CRISTINA
PIMENTA
Correspondente

Rio — O encaminhamento dos trabalhos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais não será alterado pelo Programa de Estabilização Econômica do governo, segundo informou o presidente da comissão, Afonso Arinos de Melo Franco. A reforma trouxe novo interesse pela participação social do processo político e deverá se estender a todas as instâncias de decisão política, na opinião do ex-ministro.

— Eu pretendo retirar daí sugestões, no sentido de uma maior participação social, independente da participação partidária, que existe em todas as formas de democracia. E nesta faixa que está a novidade: despertou-se não apenas o interesse do cidadão como consumidor, mas a participação da população, independentemente dos partidos, que têm demonstrado desempenho muito fraco, pois ainda estão decidindo de que maneira vão participar deste processo.

Arinos discorda categoricamente de posição manifestada pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, segundo a qual o pacote econômico fortaleceu o presidencialismo. De acordo com Maciel, se estivesse em vigor um novo regime de governo, aproximado do parlamentarismo — como prega a maioria dos integrantes da comissão constitucional — talvez a reforma não tivesse sido bem-sucedida até pela quebra de sigilo, porque para promover a reforma o primeiro-ministro teria de consultar seu gabinete.

consulta sobre a existência de consenso em torno das questões debatidas.

As razões aludidas pelo chefe do Gabinete Civil são contestadas pelo presidente da comissão, que levanta a hipótese de que no novo regime o presidente da República continuará com a faculdade de expedir decretos-leis sobre quaisquer assuntos. Afonso Arinos está convencido de que no regime atual as medidas "ficam dependendo muito da personalidade do presidente".

Na segunda-feira, a comissão de estudos constitucionais dará início a uma nova rodada de debates no Hotel Glória, prolongando-se até o dia 4. O secretário-geral, Ney Prado, informou que no primeiro dia haverá reunião dos coordenadores e relatores dos 10 comitês temáticos em que se subdividiram os membros da comissão. Será feita uma avaliação global dos relatórios e articulados jurídicos preparados por cada um dos comitês e uma

Prado explicou que poder acontecer de uma determinada propositura ter sido aprovada com maioria ocasional, tendo em vista que os membros da comissão puderam optar pela participação em até três comitês. Como houve superposição de trabalhos, muitas vezes ficaram absorvidos nas discussões sobre uma determinada matéria, não lhes restando tempo para participar dos demais comitês.

Tudo vai depender das conclusões dos coordenadores. Caso entendam que o debate no interior dos comitês ainda é necessário serão programadas reuniões neste sentido. Na hipótese de ser bem-sucedido o esforço em torno do consenso, a comissão passará às fases seguintes de seu cronograma, que são a formação do comitê de Assuntos Constitucionais, cujo objetivo é averiguar se as matérias são realmente de origem constitucional, e posteriormente do Comitê de Sistematização, que vai harmonizar os trabalhos dos diversos comitês.

Ney Prado lembrou a importância de que todas as questões fiquem bem definidas, agora, pois do contrário, quando forem submetidas à reunião plenária, haverá necessidade de reabertura dos debates. "As incongruências vamos superar agora. As questões divergentes serão decididas pela comissão, como um todo", sintetizou o secretário-geral.

ANC 88

Pasta Jan/Jul 86

039

CORREIO BRAZILIENSE

29 MAR 1986

Os coordenadores dos comitês temáticos e respectivos relatores são: 1) Princípios fundamentais da ordem constitucional, organização institucional e declaração de direitos, ex-senador Mário Martins e professor Cândido Mendes; 2) Federação e Organização Tributária, ex-deputado Célio Borja e tributarista Gilberto de Ulhoa Canto; 3) Poder Legislativo e Organização Partidária, ministro Paulo Brossard e jurista Miguel Reale Júnior; 4) Poder Executivo, ministro Paulo Brossard e jurista Miguel Reale Júnior; 5) Poder Judiciário e Ministério Público, professor Miguel Reale e jurista Cláudio Lacombe; 6) Educação, Cultura e Comunicações, ex-ministro Eduardo Portella e professor Cândido Mendes; 7) Condições Ambientais, Saúde, Ciência e Tecnologia, ex-senador Mário Martins e Joaquim Arruda Neto; 8) Ordem Econômica, especialista em direito comercial Alberto Venâncio Filho; 9) Ordem Social, jurista Evaristo de Moraes Filho; e 10) Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas, professor Ney Prado e jurista José Alberto de Assumpção.